

RECEBI O ORIGINAL

Em: 17/06/23

PAULO ROQUEU

**AMAZONAS**

GOVERNO DO ESTADO

**LICENÇA AMBIENTAL ÚNICA DE SUPRESSÃO VEGETAL N.º 127/2023**

<b>Empresa/Interessado: Secretaria de Estado de Infraestrutura - SEINFRA</b>		
<b>Endereço p/correspondência:</b> Avenida Arquiteto José Henrique Bento Rodrigues, 3.760, Shopping Manaus Via Norte – Piso L2– Monte das Oliveiras, Manaus-AM		<b>CEP:</b> 69.093.149
<b>CNPJ/CPF:</b> 05.533.935/0001-57	<b>Inscrição Estadual (SEFAZ-AM):</b>	
<b>Fone:</b> (92) 99262-1956	<b>E-mail:</b>	
<b>Processo nº:</b> 11882/2023-90	<b>ASV decorrente da LI Nº:</b> 040/21-01	
<b>Modalidade do Projeto no SINAFLOR:</b> Uso Alternativo do Solo - UAS		
<b>Recibo SINAFLOR:</b> 21319298	<b>Área a ser suprimida:</b> 61,90 ha	
<b>Registro No IPAAM:</b> 1008.2321	<b>Compensação Ambiental:</b> Plantio de Mudras	
<b>Finalidade:</b> Autorizar supressão da vegetação para a realização dos Serviços de Reforma e Modernização da Rodovia AM-010 no trecho que liga Rio Preto da Eva a Vila de Lindóia (Itacoatiara), Estado do Amazonas.		
<b>Potencial Poluidor/Degradador:</b> NA	<b>Porte:</b> Grande	<b>Validade:</b> 01 Ano
<b>Volumetria Autorizada:</b> 10.852,662 st	-----	
<b>Responsável Técnico pela Elaboração/Execução:</b> Luciane Pereira da Silva Nunes		
<b>Anotação de Responsabilidade Técnica-ART:</b> AM20230389101 Chave: a8xDb		

**DADOS DO IMÓVEL/TERRENO**

<b>Proprietário do Imóvel:</b> NA	
<b>CPF/CNPJ:</b> NA	<b>CAR:</b> NA
<b>Localização:</b> Rodovia AM-010 que liga o trecho Rio Preto da Eva a Vila de Lindóia (Itacoatiara), Estado do Amazonas.	

**Coordenadas geográficas de referência (Datum SIRGAS 2000):**

Vértice	Latitude	Longitude	Vértice	Latitude	Longitude
P-1	02°54'36,005"S	59°08'21,443"W	P-18224	02°54'34,212"S	59°03'27,499"W
P-2	02°54'35,890"S	59°08'21,375"W	P-18225	02°54'34,659"S	59°03'28,082"W
P-3	02°54'35,725"S	59°08'21,512"W	P-18226	02°54'35,020"S	59°03'28,636"W
P-4	02°54'35,637"S	59°08'21,720"W	P-18227	02°54'34,212"S	59°03'27,499"W

Manaus, **17 AGO 2023**

**Rosa Mariette Oliveira Geissler**  
Diretora Técnica

**Juliano Marcos Valente de Souza**  
Diretor Presidente

**IMPORTANTE:**

- Fica expressamente proibido o transporte do material, sem o Documento de Origem Florestal - DOF
- O uso irregular desta LAU implica na sua invalidação, bem como nas sanções previstas na legislação;
- Este Documento não contém emendas ou rasuras;
- Este Documento deve permanecer no local da exploração para efeito de fiscalização (frente e verso)
- O volume autorizado não quita volume pendente de reposição florestal;
- Os dados técnicos do projeto são de inteira responsabilidade do responsável técnico

www.ipaam.am.gov.br  
twitter.com/lpaamAM1  
instagram.com/@ipaamam  
facebook.com/@ipaamAM

gabinete@ipaam.am.gov.br  
Fone:(92) 2123-6721 / 2123-6731  
Av. Mario Ypiranga, 3280, Parque  
Dez, CEP: 69050-030 - Manaus/AM

**Instituto de Proteção  
Ambiental do Amazonas  
IPAAM**

### **RESTRIÇÕES E/OU CONDICIONANTES DE VALIDADE DESTA LICENÇA: LAU-SV N.º 127/2023**

1. O pedido de licenciamento e a respectiva concessão da mesma, só terá validade quando publicada Diário Oficial do Estado, periódico regional local ou local de grande circulação, em meio eletrônico de comunicação mantido pelo IPAAM, ou nos murais das Prefeituras e Câmaras Municipais, conforme art.24, da Lei n.3.785 de 24 de julho de 2012;
2. A solicitação da renovação da Licença Ambiental Única deverá ser requerida num prazo mínimo de 120 dias, antes do vencimento, conforme art.23, da Lei n.º.3.785 de 24 de julho de 2012;
3. Toda e qualquer modificação introduzida no projeto após a emissão da Licença implicará na sua automática invalidação, devendo ser solicitada nova Licença, com ônus para o interessado;
4. Esta Licença é válida apenas para a localização, atividade e finalidade constante na mesma, devendo o interessado requerer ao IPAAM nova Licença quando houver mudança de qualquer um destes itens;
5. Esta Licença não dispensa e nem substitui nenhum documento exigido pela Legislação Federal, Estadual e Municipal;
6. A presente Autorização de Supressão Vegetal - ASV está sendo concedida com base nas informações constantes no processo n.º 11882/2023-90, e nas peças técnicas cadastradas no SINAFLOR.
7. Para o transporte e a comercialização de produtos e subprodutos florestais oriundos desta LAU de supressão da vegetação (modalidade Uso Alternativo do Solo), o empreendedor/detentor da UAS deverá solicitar o Documento de Origem Florestal junto ao IPAAM;
8. Fica proibida a comercialização e o transporte do material lenhoso oriundo do corte das espécies protegidas na forma da Lei;
9. Manter integral as Áreas de Preservação Permanente, conforme estabelecido a Lei n.º 12.651/12 e 12.727/2012;
10. Proteger o solo e os cursos d'água da contaminação por substâncias tóxicas (combustíveis, óleos, graxas, inseticidas, agrotóxicos, tintas e outros);
11. Em caso de nova solicitação, o executor deve apresentar relatório parcial da supressão da vegetação executada conforme Termo de Referência deste OEMA com a respectiva ART do profissional habilitado;
12. Fica proibida a interrupção dos cursos d'água, quando da construção das vias de acesso para transposição na área;
13. Em caso de doação da lenha ora autorizada, obrigatória à homologação do pátio;
14. Esta LAU para supressão da vegetação autoriza somente a extração das espécies e volumetria listadas;
15. Fica expressamente proibido a copaíba (Copaifera trapezifolia hayne; Copaifera reticulata; Copaifera multijuga), de acordo com o Decreto Estadual n 25.044/05;
16. Não são passíveis de exploração para fins madeireiros a Castanheira (Bertholletia excelsa) em florestas naturais, primitivas ou regeneradas, conforme estabelece o Decreto Federal n.º 5.975/06;
17. Esta autorização para supressão da vegetação é para uma área correspondente a 61,90 há;
18. O interessado deve apresentar relatório final da atividade de supressão da vegetação com a respectiva ART do profissional habilitado contendo as seguintes informações: número de indivíduos retirados, volume em m<sup>3</sup>, comprovação da destinação do material vegetal, coordenadas geográficas, registro fotográfico e outras informações pertinentes no prazo de validade da licença;
19. Considerando que o método utilizado para realização do inventário florestal foi a amostragem aleatório simples e a não identificação de espécies protegidas na forma da Lei, sugere-se que, caso seja identificada estas espécies na ocasião da realização da execução da atividade de supressão vegetal, o interessado/RT deve comunicar este OEMA e solicitar o corte destes indivíduos arbóreos;
20. Deverá ser apresentado no prazo de 01 (um) ano um relatório de execução de plantio e monitoramento de mudas de Castanheira (Bertholletia excelsa), totalizando 16 mudas (na proporção 8:1, ou seja, para cada indivíduo suprimido devem ser plantadas 08 da mesma espécie), contendo registro fotográfico do plantio e das coordenadas geográficas da área a ser contemplada;